



Coordenação de
Comunicação Social

Guia para **jornalistas**

censo 2022 🔍



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos

Rogério Boueri Miranda

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Presidente

Eduardo L. G. Rios Neto

Diretora-Executiva

Marise Maria Ferreira

órgãos específicos singulares

Diretoria de Pesquisas

Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociências

Claudio Stenner

Diretoria de Informática

Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

unidade responsável

Presidência do IBGE

Coordenação de Comunicação Social

Alex Campos

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

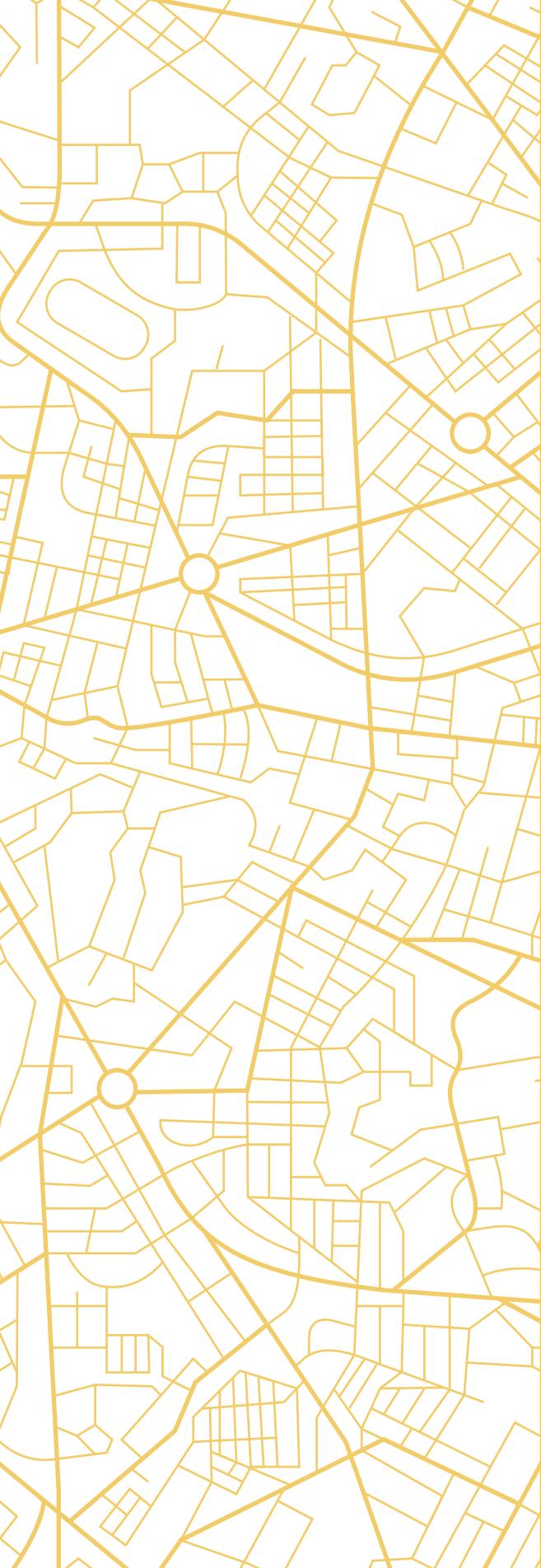
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2022

Capa

Brisa Gil

Coordenação de Comunicação Social - CCS



Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Guia para **jornalistas**

censo 2022 🔍



 **IBGE**

Rio de Janeiro
2022



Guia do **Censo 2022** para jornalistas

A partir de 1º de agosto, o IBGE realizará seu IX Censo Demográfico e o XIII Censo Demográfico do país. O Censo 2022 visitará cerca de 89 milhões de endereços, sendo 75 milhões de domicílios, onde moram cerca de 215 milhões de habitantes, nos 5.568 municípios do país (mais Distrito Federal e Distrito Estadual de Fernando de Noronha), buscando dois objetivos: ampla cobertura e a qualidade das informações coletadas. Realizado a cada dez anos, o Censo Demográfico é a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população. É por meio do Censo 2022 que saberemos quantos somos, como somos e de que forma vivemos nas áreas urbanas e rurais do país.

Todos os Censos trazem inovações e também desafios.

O Censo 2022 seria realizado em 2020, mas devido à pandemia foi adiado para 2021, ano em que também não ocorreu por falta de orçamento. Remarcado para 2022, o compromisso adicional agora é realizar todas as etapas adotando-se protocolos de prevenção à Covid.

Elaborado pela Coordenação de Comunicação Social do IBGE, este Guia pretende ajudá-lo a se preparar para a cobertura do Censo 2022, trazendo diversos temas como: abordagem aos moradores, sigilo das informações, modelo misto de coleta, história dos Censos, captação inédita de coordenadas, censo pioneiro nas comunidades quilombolas, treinamento dos recenseadores, perguntas do questionário básico e da amostra e testes de coleta, entre outros.

Confiantes na parceria quase diária que temos com a mídia, contamos com a sua colaboração e a do seu veículo para incentivar os brasileiros a responder ao Censo. E permitir assim que o IBGE cumpra sua missão institucional de retratar o Brasil, possibilitando o conhecimento da realidade do país e o exercício da cidadania.

Coordenação de Comunicação Social do IBGE

sumário



16

Projeto Tecnológico

Dos domicílios ao IBGE, o caminho da informação



03

Panorama do Censo Demográfico 2022

IX Censo do IBGE



11

1872/2022

150 anos de Censos no Brasil

28

Base territorial

Onde moramos



34

Povos e Comunidades Tradicionais

Censo de indígenas e quilombolas



42

Recursos Humanos e Treinamento

Quem são os mais de 200 mil trabalhadores do Censo

47

Relações institucionais e Repacs

A cooperação da sociedade



56

Questionários

O que queremos saber e para quê



63

Padrão IBGE de qualidade

Metodologia sólida e boas práticas





Panorama do Censo Demográfico 2022

IX Censo do IBGE



75 milhões de domicílios em todo o país

O Censo Demográfico brasileiro é uma das mais complexas e grandiosas operações estatísticas realizadas no mundo. Precisarão cobrir um território de mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados para retratar as condições de vida dos brasileiros e imigrantes que vivem no país. A estimativa é de que sejam visitados 89 milhões de endereços, sendo 75 milhões de domicílios. No Censo 2010, o IBGE verificou que o país tinha 190,8 milhões de habitantes. No Censo 2022, o IBGE estima que a população brasileira esteja em cerca de 215 milhões.

Respeitando padrões metodológicos internacionais, os recenseadores vão visitar todos os endereços, abrangendo vários tipos de habitações: domicílios particulares, domicílios coletivos, domicílios improvisados e **setores especiais**, dentre os quais destacam-se quilombos, terras indígenas e aglomerados subnormais.

saiba mais

A coleta do Censo Demográfico 2022 será realizada em todo o Brasil a partir do dia **1º de agosto de 2022**. A data de referência será à meia-noite de **31 de julho** para **1º de agosto de 2022**

Para o Censo 2022, foi **confirmado o orçamento** no valor de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões. Cerca de 80% dessa verba destinam-se à contratação temporária de profissionais: 211 mil pessoas, sendo 183.021 recenseadores, 18.420 supervisores e 10 mil agentes censitários. Esses profissionais serão alocados em 27 unidades estaduais, 566 agências do IBGE ativas e 6.044 postos de coleta, que são distribuídos pelos 5.568 municípios brasileiros (mais Distrito Federal e Distrito Estadual de Fernando de Noronha) e supervisionados por coordenações regionais.

No Censo 2022, haverá dois tipos de **questionários**. O questionário ampliado ou da amostra com 77 perguntas, que será aplicado em 11% dos domicílios do país; e o questionário simplificado ou básico com 26 perguntas, que será aplicado em 89% dos domicílios.

Censo em números

investimento

**R\$ 2,3
bilhões**

população

estimada em
215 milhões
de pessoas

estrutura de trabalho

211 mil
pessoas contratadas

Aproximadamente
89 milhões
de endereços sendo

75 milhões
de domicílios a
serem visitados

6.044
postos de coleta

1.444
coordenações
regionais ou
subáreas

566
agências do IBGE
ativas

fonte das condições de vida nos municípios e das estimativas populacionais

A partir dos resultados do Censo Demográfico são obtidas as tendências e os parâmetros sobre nascimentos, mortes e migração, indispensáveis à elaboração de projeções e estimativas populacionais, no período intercensitário que, por determinação da Constituição Brasileira, passaram a ser fornecidas anualmente a partir de 1989.

Bem mais do que uma contagem de população, o Censo é a única fonte de referência nacional para o conhecimento das condições

de vida da população em todos os municípios, com detalhamento por distritos, subdistritos, bairros (divisões administrativas de cada prefeitura), e também por áreas urbanas e rurais (divisões técnicas propostas pelo IBGE).

Ao visitar cada localidade do país, o levantamento permite conhecer com precisão a população residente, embasando novas políticas públicas ou aprimorando aquelas já existentes. Por exemplo, o número de habitantes que o Censo conta é utilizado como referência para distribuição do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM (verba federal dirigida a cada um dos municípios, de acordo com o tamanho de sua população) e para determinar o tamanho das representações políticas, isto é, quantidades de vereadores, de deputados estaduais e federais.

As informações geradas pelo Censo contribuem para pesquisas no meio acadêmico e estratégias da iniciativa privada, dentro da área sociodemográfica e econômica.

coleta presencial e as alternativas pela internet e telefone

O Censo 2022 contará com três formas de abordagem para preenchimento dos questionários: presencial (*Computer-Assisted Personal Interviewing* - CAPI), por internet (*Computer-Assisted Self Interviewing* - CASI) e por telefone (*Computer-Assisted Telephone Interviewing* - CATI).



pandemia _ cuidados com todos

Em tempos de pandemia de Covid-19, o IBGE criou um detalhado protocolo de saúde, repassado nos treinamentos para garantir o bem-estar e a proteção de todos os envolvidos. O protocolo explica como proceder na coleta de campo e destaca medidas fundamentais, como o uso da máscara facial, a higienização das mãos, o distanciamento social e a vacinação.

Para realizar a entrevista, os recenseadores deverão contatar todos os domicílios da sua área de trabalho, visando entrevistar os moradores (se precisar, podendo voltar em dias e horários

saiba mais

É possível verificar a identidade do recenseador pelo site **Respondendo ao IBGE** ou pela Central de Atendimento ao Censo **0800 721 8181**. Ambos constam no crachá do agente. Para realizar a confirmação, o cidadão deve fornecer o nome, matrícula e/ou CPF do recenseador.

alternativos, inclusive à noite e/ou aos finais de semana). Cada visita do agente de coleta fica registrada no Dispositivo Móvel de Coleta (DMC).

Ao não encontrar os moradores do domicílio, o recenseador pode deixar um bilhete de recados com seu contato. Após realizadas as tentativas de contato pelo recenseador, caso não tenha sucesso, o supervisor deixa uma carta a respeito da obrigatoriedade da prestação de informações estatísticas e das possíveis sanções previstas pela **lei do sigilo estatístico**. Caso identifique que é um domicílio vago ou de uso ocasional (veraneio), ele registra no DMC.



na coleta pela internet ou telefone também tem visita do recenseador

Já as abordagens alternativas, internet ou telefone, serão feitas de forma mista com a presencial. A entrevista presencial é importante, pois o recenseador pode esclarecer dúvidas do recenseado durante a conversa. Para responder pela internet, o informante deverá aguardar a visita do recenseador, que irá cadastrar seu e-mail e seu celular (para recebimento de SMS) no sistema. Para o e-mail e o celular será enviado um token (eTicket), que será usado para acessar o

questionário do Censo. O preenchimento é totalmente on-line e não é necessário baixar nenhum aplicativo ou documento.

Na modalidade internet, o morador terá sete dias para preencher o questionário. Se o informante não conseguir concluir o questionário de uma só vez, os dados ficarão salvos para que ele possa retornar de onde parou no próximo acesso. Correções também podem ser feitas a qualquer momento, mas só até que o envio seja realizado.

Já a coleta por telefone, além de uma opção para o respondente, será também uma forma de abordagem ativa nos casos em que os moradores não forem encontrados na residência durante a visita do recenseador. Nos casos em que o recenseador não encontrar os moradores nas primeiras visitas e deixar sua folha de recados, os moradores terão a opção de ligar para os recenseadores e agendar uma entrevista presencial ou mesmo realizar a entrevista por telefone. Além disso, a entrevista por telefone também será utilizada para aqueles que optarem pelo autopreenchimento pela internet, mas não concluírem o questionário.

O suporte por telefone será feito pelo Centro de Apoio ao Censo (CAC). Para fazer contato com o CAC, basta o morador ligar para o 0800 721 8181 do IBGE. Os agentes do CAC responderão dúvidas em geral sobre o Censo, prestarão auxílio conceitual e operacional no preenchimento do questionário via internet e, mediante autorização do morador, poderão preencher o questionário em entrevista por telefone.

pesquisa urbanística do entorno dos domicílios

A Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios é um levantamento sobre a infraestrutura urbana, realizado diretamente pelo supervisor em um período anterior à coleta do questionário domiciliar. No Censo 2022, está prevista para o período de 20 de junho a 12 de julho de 2022.

Este é o primeiro momento em que o técnico do IBGE percorre o setor censitário, avaliando também recentes atualizações do mapa do setor e fazendo a identificação de logradouros (avenidas e ruas). Com isso, garante-se uma melhor cobertura na coleta do questionário domiciliar, conhecendo-se melhor a realidade e os desafios de cada setor censitário.

O levantamento do entorno foi realizado pela primeira vez no Censo Demográfico de 2010 e compreendeu 222.541 setores urbanos, com resultados agregados por município. No Censo 2022, a Pesquisa do Entorno será aplicada em 326.643 setores urbanos, e espera-se que os resultados sejam publicados em níveis mais detalhados como, por exemplo, por setor censitário.

Na edição de 2022, os temas investigados são capacidade de circulação e pavimentação da via, iluminação pública; infraestrutura viária (sinalização para bicicletas, calçada/passeio, obstáculo na calçada); mobilidade e acessibilidade urbana (rampas para cadeirantes); escoamento pluvial (bueiro/boca de lobo) e arborização. O objetivo é gerar um panorama estatístico de alguns elementos da infraestrutura urbana.

Os agentes censitários supervisores serão encarregados do questionário da Pesquisa do Entorno, que antecede a coleta domiciliar do Censo nos setores censitários urbanos. As exceções são as áreas de povos e comunidades tradicionais (PCTs), onde a pesquisa, por razões de procedimentos específicos de abordagem nestes territórios, será realizada após a coleta domiciliar.



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

aglomerados subnormais – o Censo nas comunidades, favelas, palafitas

São aglomerados subnormais as ocupações irregulares de terrenos de propriedade alheia, sejam públicos ou privados, para habitação

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

urbana. Algumas de suas características são o padrão urbanístico irregular e a carência de serviços públicos. O Censo mapeia a distribuição desses assentamentos no país e permite identificar como são os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica nessas localidades. Retratar as características geográficas dessas ocupações é fundamental para conhecer as singularidades do território e monitorar suas mudanças ao longo do tempo.

Em 1953, o IBGE divulgou o estudo “**As Favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950**”, em que se debruçava pela primeira vez sobre o tema. À época, a capital do Brasil era o Rio de Janeiro, que já chamava a atenção pelo crescimento das ocupações irregulares. Em 1978, houve uma reunião entre especialistas e governos em que o termo “aglomerados subnormais” foi cunhado. O conceito foi utilizado nos Censos de 1991 e 2000.

No Censo 2010, o conceito de aglomerado subnormal foi mantido e outros aprimoramentos foram possíveis, alcançando desde as inovações tecnológicas até o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho. O uso de imagens de satélite gratuitas foi um dos recursos utilizados que facilitaram a identificação desses territórios.

Para o Censo 2022, esse mapeamento do território nacional foi aprimorado, com uso de imagens de satélites de alta qualidade, contato com as prefeituras e trabalho de campo. Outra novidade é a possibilidade de comparação desse tema com os dados do Censo de 2010.

identificação dos aglomerados subnormais

Para ser identificado, um aglomerado subnormal precisa ser necessariamente uma ocupação irregular, ou seja, uma construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente, e ter pelo menos uma das seguintes características:

- ➔ Precariedade dos serviços públicos essenciais refletida na ausência de esgotamento sanitário, coleta de lixo, abastecimento de água e/ou fornecimento de energia elétrica.
- ➔ Urbanização fora dos padrões vigentes refletida por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos.



1872/2022

150 anos de Censos no Brasil



a história do Censo no país

Em 2022, o Brasil completa 150 anos de história de recenseamentos. Do primeiro Censo realizado pelo Império em 1872 até hoje, a evolução é marcante. Não só da população – que passou de 9,9 milhões de habitantes para cerca de 215 milhões (número a ser confirmado ou atualizado por meio do Censo 2022) – como também na aplicação dos questionários e no rigor estatístico.

Há 150 anos, o recenseador perguntava o nome do chefe da família, idade, sexo, estado civil, escolaridade, se a pessoa era livre ou escrava, sua religião, profissão e se tinha deficiência física aparente. Atualmente, há dois tipos de **questionários**, sendo que o mais amplo tem 77 perguntas e o mais curto 26 perguntas. E as últimas edições do Censo têm sido marcadas pela inovação nos processos de coleta e apuração.

Voltando no tempo, o primeiro regulamento censitário no Brasil data de 1846, mas o levantamento pioneiro, programado para ocorrer em 1852, acabou não sendo realizado por conta da eclosão de uma revolta popular contra o recenseamento. Assim, até 1872, os dados sobre a população brasileira eram obtidos de forma indireta. As fontes eram relatórios diversos, como os de autoridades eclesásticas sobre os fiéis que frequentavam a igreja, ou os de funcionários da Colônia, enviados para as autoridades da Metrópole.

saiba mais



O regulamento que de fato viabilizou a realização do **primeiro Recenseamento da População do Império do Brasil**, em **1870**, determinou que os Censos cobririam todo o território nacional e que deveriam ocorrer a cada 10 anos. Mas a segunda coleta censitária só viria em **1890**, no que seria o Primeiro Censo da República. Cinco anos depois da coleta desses dados, nenhum estado do país havia sequer concluído as apurações.

Só em **1900**, às vésperas da operação censitária daquele ano, é que foram publicados os últimos resultados. Devido a conturbações políticas, não houve recenseamento em 1910 nem 1930. Já no Censo de **1920**, os resultados foram apresentados logo dois anos depois, na Exposição Universal comemorativa do aniversário da Independência do Brasil.

Com a criação do IBGE, em 1936, inaugurou-se a moderna fase censitária no Brasil. Quatro anos depois, o Instituto já encarava seu primeiro grande desafio: organizar, coordenar e operacionalizar o Censo de **1940**. Ampliou-se a abrangência temática do questionário com introdução de quesitos de interesse econômico e social, tais como os de mão de obra, emprego, desemprego, rendimento, fecundidade, migrações internas, dentre outros temas.



Uma década após, em **1950**, cinco Censos foram realizados, com diferentes datas de referência: demográfico, agrícola, industrial, comercial e de serviços. O número de quesitos do questionário baixou de 45 (1940) para 25. Nos estados e municípios, foram criadas comissões censitárias para auxiliar na divulgação da operação.



O primeiro Censo a usar a técnica de amostragem no Brasil foi o de **1960**. Alguns quesitos, como os referidos à fecundidade, às características econômicas e ao domicílio foram investigados em 25% dos lares, em questionário ampliado. Assim como em 1950, o Censo foi planejado em associação com organismos internacionais, de modo a viabilizar posteriores comparações entre países.

Para a apuração dos dados, o IBGE importou dos EUA um computador de grande porte, o Univac 1105, chamado de “cérebro eletrônico”. No entanto, devido a uma série de problemas (calor, queima de válvulas) o equipamento acabou funcionando parcialmente, de modo que os dados do Censo continuaram sendo somados à mão.





Em **1970**, o Instituto abandonava o modelo de cooperação interadministrativa e começava a ter a estrutura interna que tem hoje em dia. O tema “religião” permaneceu, mas “cor ou raça” foi retirado, voltando no recenseamento seguinte para não sair mais do questionário. Em **1980**, uma das grandes inovações da operação foi o sistema informatizado de acompanhamento da coleta. Pela primeira vez, os resultados preliminares de um Censo foram divulgados no mesmo ano de realização da pesquisa.



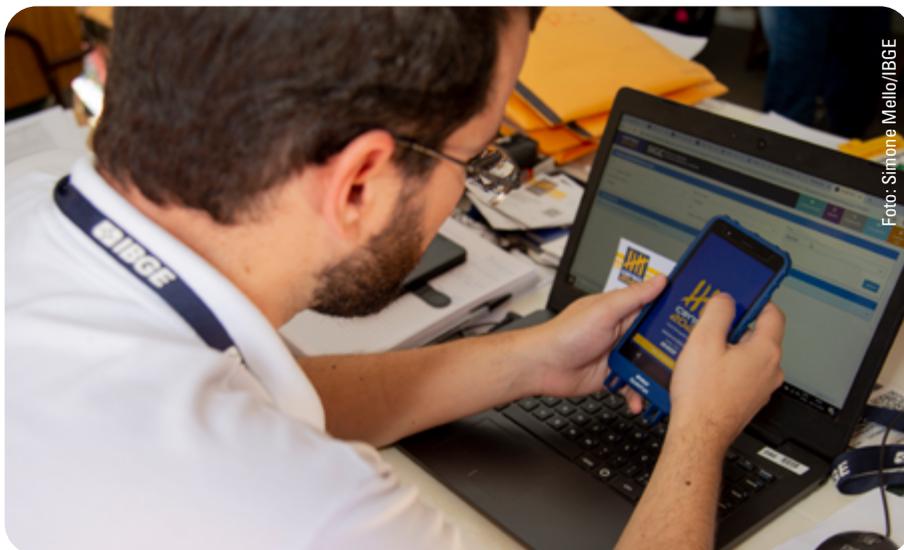
Sempre no caminho da inovação, em **1991** a divulgação dos resultados se deu em disquetes – um salto de tecnologia para a época. No Censo Demográfico **2000**, a digitalização dos questionários respondidos por reconhecimento óptico de caracteres facilitou bastante a computação dos dados. Mas a coleta das informações ainda era feita em questionários de papel preenchidos a lápis.

O primeiro Censo totalmente digital foi realizado em **2010**, o que permitiu uma desagregação mais eficiente das informações. Mapas digitais foram incluídos nos equipamentos dos recenseadores, facilitando a localização dos endereços a serem visitados. O questionário também pôde ser respondido pela internet.



Projeto Tecnológico

dos domicílios ao IBGE, o caminho da informação



a evolução tecnológica dos Censos

O Censo 2022 será o XIII feito no Brasil e o IX realizado pelo IBGE. O Recenseamento Geral de **1940** foi o primeiro feito pelo Instituto. Naquele ano, devido à II Guerra Mundial, os dados tiveram de ser processados nas mesmas máquinas usadas em 1920. Foram sete anos entre coleta e divulgação dos resultados. Desde então, a operação censitária vem passando por uma significativa evolução tecnológica.

Em **1950**, visando ao desenvolvimento e à comparabilidade das estatísticas oficiais, a operação censitária integrou o Censo das Américas, em atendimento à ONU. Já o Recenseamento Geral de **1960**, o primeiro do país a usar a técnica de amostragem, contou, na apuração dos dados, com o computador de grande porte Univac 1105, uma grande inovação da época. Em **1970**, os avanços tecnológicos permitiriam que os primeiros dados saíssem no ano seguinte e no meio da década todo o Censo já estava divulgado.

As maiores inovações tecnológicas ocorreram a partir dos anos **1980**. Neste Censo, um sistema informatizado de acompanhamento da coleta permitia conhecer, semanalmente, o número de setores concluídos e de pessoas recenseadas. Pela primeira vez, os resultados preliminares de um Censo foram divulgados no mesmo ano de realização da pesquisa.

Em **1991**, com um ano de atraso, o X Recenseamento Geral do Brasil contou com polos de digitação regionais e não mais centralizado

no Rio de Janeiro, aumentando a produtividade do processamento. Outra inovação foi a divulgação dos resultados em disquetes.

Em **2000**, foi realizada pela primeira vez a digitalização dos questionários – que ainda eram de papel – e o reconhecimento óptico de caracteres, o que eliminou a digitação, acelerando a entrada de dados e exigindo apenas um processo de codificação assistida. Os resultados preliminares foram divulgados em dezembro do mesmo ano.

2010: primeiro Censo do mundo com coleta 100% digital

As inovações usadas no Censo **2010**, o primeiro no mundo a ter a coleta totalmente digital, levaram o IBGE a ser um dos dez premiados pela Unesco e a Netexplorateur, ONG francesa pelo desenvolvimento da sociedade digital. O questionário em papel foi substituído inteiramente pelo modelo eletrônico desenvolvido no DMC (dispositivo móvel de coleta), o computador de mão usado pelos recenseadores. Mas a contratação dos recenseadores ainda era em papel.

Todas as agências, postos de coleta e subáreas tinham conexões à internet, com modems 3G, e infraestrutura de TIC. As informações eram descarregadas dos DMCs no computador do posto de coleta, que transmitia pelo menos uma vez por dia para os computadores centrais da sede do IBGE.

Os DMCs eram equipados com GPS e neles havia mapas digitais com os endereços, uma inovação possível devido à unificação e migração da Base Territorial do modo analógico para o digital. O questionário também pôde ser respondido pela internet. Os primeiros resultados foram divulgados em dezembro do mesmo ano.

2022: gerenciamento da coleta em tempo real e monitoramento do recenseador

Além da coleta, já digitalizada no Censo 2010, toda a contratação, monitoramento e pagamento dos recenseadores, agentes censitários supervisores (ACS) e agentes censitários municipais (ACM) serão digitalizados e realizados nos postos de coleta e nas subáreas.

O DMC do Censo Demográfico 2022 é um smartphone que conta com a lista prévia de endereços e uma intensa utilização de sistemas

georreferenciados. Os DMCs são dotados de chips 3G e 4G para transmissão direta para os *data centers* do Rio de Janeiro e de São Paulo. Caso não haja sinal das redes móveis, o recenseador pode transmitir de qualquer lugar com conexão Wi-Fi. As equipes nas unidades estaduais e na sede, no Rio de Janeiro, já podem avaliar o conteúdo e eventualmente solicitar uma correção. O gerenciamento da coleta passa a ser em tempo real, inclusive do deslocamento do recenseador pelo monitoramento das coordenadas.

Outra inovação é que os DMCs podem ter os softwares instalados e as configurações realizadas de forma remota por meio do software de gerenciamento MDM (Mobile Device Management, ou gerenciamento de dispositivos móveis), que dá produtividade à operação censitária. Associado ao MDM foi introduzida mais uma inovação, o módulo Kiosk, um espaço reservado na memória do dispositivo onde são instalados os aplicativos e bloqueada a inclusão de qualquer outra aplicação ou uso (música, jogos, streaming) que não sejam relacionados à operação censitária.

insumos – lista de endereços e mapas

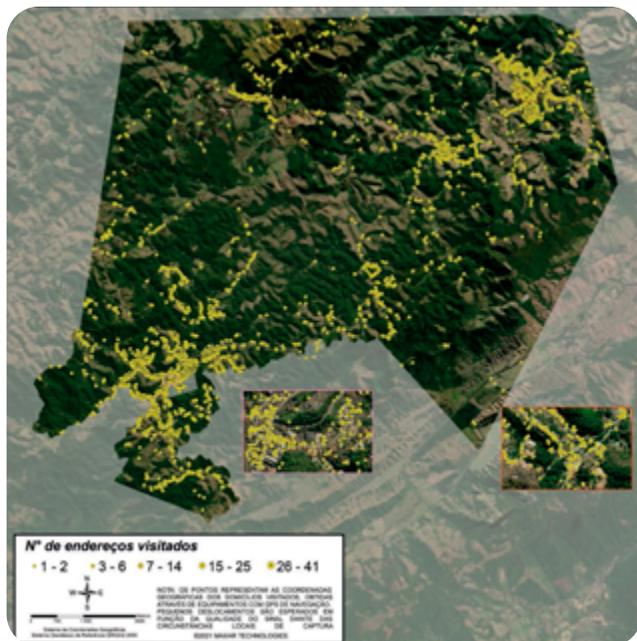
O Projeto Tecnológico do Censo 2022 exigiu o trabalho coordenado de diversas diretorias, unidades estaduais, agências do IBGE para a geração dos insumos, a preparação dos postos de coleta e das subáreas, a preparação da operação de campo, a supervisão da coleta e a execução dos trabalhos de divulgação. Em todas essas etapas, a tecnologia tem papel fundamental.

A geração de insumos inclui a criação da lista de endereços de domicílios; as imagens; os descritivos do setor, com subsídios para o trabalho de campo; os contornos dos setores; o questionário e aplicativos.

Para isso, foram realizadas:

- ➔ Atualização do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), repositório de endereços de abrangência nacional mantido pelo IBGE. Isso permitiu a elaboração da Lista dos Endereços dos Domicílios do Censo 2022;
- ➔ Atualização da base do Sistema de Mapeamento para Base Territorial – SISMAP, permitindo o processo de geração dos contornos dos setores censitários;

- ➔ Atualização da Base Operacional Geográfica – BOG, que permitiu a geração dos Descritivos dos Setores Censitários;
- ➔ Além disso, o uso de imagens ortofotos, Google e *Rapid Eye* permitiu o processo de geração das imagens em *Tiles* para a formação da base de dados de imagens em *Tiles* por município. Imagens por *Tiles* são imagens dispostas ordenadamente em uma grade e que ao serem exibidas simultaneamente formam a base de um mapa.



captação inédita de coordenadas dos domicílios

O aplicativo do CNEFE capta as coordenadas de GPS no território brasileiro e alimenta o seu banco de dados. Os insumos relativos à listagem de endereços serão gerados a partir do banco CNEFE originário do Censo 2010 com atualizações, deste período até março de 2021, realizadas nos setores da amostra da Pnad Contínua e em setores de algumas pesquisas que usaram o CNEFE como insumo, como POF e Censo Agro. Além disso, incorporará atualizações de setores específicos que o campo detectava como com necessidade de atualização.

O aplicativo do questionário no DMC, utilizado pelos recenseadores ou supervisores, com base no banco do CNEFE, viabiliza o monitoramento da coleta também por meio do uso de dispositivo GPS

saiba mais



no DMC, permitindo que se registre o local da entrevista e o trajeto percorrido pelo recenseador. É possível, também, fotografar os endereços que possam ser utilizados como pontos de referência.

Se ocorrerem alterações no aplicativo, este é atualizado automaticamente quando o DMC se conectar à internet, de qualquer ponto, quer seja do IBGE, pública, privada ou doméstica.

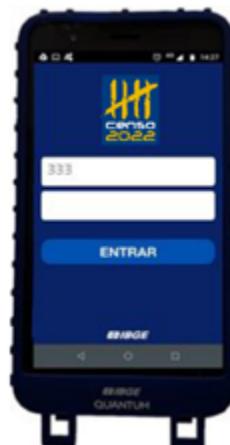
Quando chegar ao domicílio, o recenseador captará **pela primeira vez** as coordenadas geográficas do endereço e registrará o CPF do morador que está respondendo à pesquisa. Isso permite que a coordenada seja associada ao CPF, o que gera outro benefício de segurança para pesquisas futuras. Com isso, o IBGE passa a contar com as coordenadas de todos os domicílios brasileiros.

Cabe ressaltar que o nome do entrevistado e seu CPF não são disponibilizados ao recenseador, conforme o princípio da confidencialidade, que estabelece que os dados devem ser usados exclusivamente para fins estatísticos.

DMCs e Tablets

As cinco bases de dados de insumos do CD 2022 – CNEFE, Lista de Domicílios, SISMAP, BOG, Imagens em Tiles por Município – foram utilizadas para processos automatizados de geração dos pacotes para instalação nos postos e dos postos para os dispositivos de coleta. O pacote de aplicativos inclui ainda:

- ➔ Aplicativo de treinamento
- ➔ WhatsApp
- ➔ Aplicativo de Voz sobre IP (para chamadas de voz pela internet, integrados à telefonia do IBGE)
- ➔ Programa de entorno do setor
- ➔ Descritivo do setor
- ➔ Lista de domicílios com coordenadas
- ➔ Imagens em Tiles dos municípios
- ➔ Aplicativos de coleta



A política de seleção dos aplicativos é centralizada, mas toda a sua execução é descentralizada. Os aplicativos vão sendo instalados e desinstalados a cada etapa do CD 2022 – treinamento, pesquisa do entorno, coleta – para que os equipamentos não fiquem

sobrecarregados. Toda a gestão dos equipamentos de campo é descentralizada. Por meio do software de MDM, as unidades estaduais implementam as soluções e as configurações nos DMCs. É mais fácil para quem está mais próximo na ponta, baixar o software, fazer o controle e verificar se o equipamento está funcionando.

Os tablets servem para dar mobilidade e são utilizados pelos agentes censitários supervisores (ACS), que não precisam mais imprimir informações ou carregar um laptop pesado para checar informações no campo.

infraestrutura dos postos de coleta

Desde 2019, o IBGE vem conduzindo uma série de licitações para adquirir os equipamentos e contratar os serviços que vão sustentar a infraestrutura tecnológica das subáreas, dos postos de coleta, e das equipes técnicas alocadas nas unidades estaduais e na Sede do IBGE. Foram adquiridos:

Todos os equipamentos foram entregues às 27 Unidades Estaduais.

183.538

dispositivos móveis de coleta

1.921

impressoras

4.700

baterias externas

7.484

conexões de banda larga fixa e roteadores sem fio

7.898

laptops coleta (posto de coleta)

208.628

chips de dados e voz

1.573

laptops supervisão (subárea)

7.484

mini-modems de banda larga móvel

570

desktops área

até 1.012

antenas VSAT

1.715

desktops (administrativo/técnico)

até 30

antenas BGAN

28.584

tablets

Na preparação dos 6.044 postos de coleta foram considerados o local físico, o pessoal alocado e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Cada posto conta com:

Conexões de banda larga com fio, por meio de um acesso com roteador sem fio

Chips de banda larga móvel (por meio da rede celular) com mini-modem

1 laptop, para as funções administrativas

1 tablet de 7" com chip de dados e voz para o Agente Censitário Supervisor (ACS)

Dispositivos Móveis de Coleta (DMC de 5,7", os smartphones customizados para a operação censitária, que serão usados na coleta pelos recenseadores, com chips de dados e voz)

1 filtro de linha

Em postos de locais isolados há ainda:

Antena de banda larga por satélite VSAT

Antena de banda larga móvel por satélite BGAN

Baterias externas

subáreas

O Censo 2022 contará com 1.444 subáreas. São coordenações de postos de coletas ou regiões compostas por um conjunto de municípios ou por parte de um município de grande porte que, durante o

preparo e a execução da coleta de dados, ficam sob responsabilidade de um coordenador. Entre outras funções, toda a contratação dos recenseadores é feita nas subáreas. Nelas estão previstos:

1 laptop para Coordenador Censitário de Subárea (CCS)
1 desktop para a equipe administrativa
1 tablet para o Agente Censitário Administrativo de Informática (ACAI)
1 impressora com scanner, para a digitalização dos documentos na contratação dos recenseadores, ACS e ACM
Conexões de banda larga com fio, por meio de um acesso com roteador sem fio
Mini-modem com chip de banda larga móvel (por meio da rede celular)
1 estabilizador

ambiente central

Como muitas pesquisas do IBGE passaram a ser mensais desde o último Censo, foi necessário separar o processamento do Censo 2022 do ambiente de produção do processamento regular do Instituto. Para que um ambiente não atrapalhe o outro, foi montado na sede do *data center* do IBGE, localizado na unidade Canabarro, no Maracanã, Rio de Janeiro, um ambiente paralelo apartado e totalmente dedicado a suportar e processar os sistemas que serão utilizados na operação censitária, de forma que o Censo não atrapalhe as pesquisas regulares.

Esse ambiente é integrado ao ambiente principal do *data center* do IBGE e ao *data center* secundário em São Paulo.

Todos os três ambientes são baseados em máquinas de arquitetura Intel/AMD distribuída, com clusters no Rio de Janeiro e em São Paulo. O ambiente de São Paulo é uma cópia do ambiente do Rio, em menor escala, com replicação automática. Para isso foi montada uma nuvem privada permitindo que os sistemas rodem simultaneamente nas duas cidades. Caso haja falha num ambiente, o outro assume.

O IBGE também contratou a nuvem pública Microsoft Azure para permitir a carga dos insumos (softwares, mapas e aplicativos) nos DMCs que irão para a coleta.

operação de campo – gerenciamento e controle

Serão poucos meses para contar uma população de cerca de 215 milhões de habitantes, uma operação de tiro curto em que é preciso acertar a coleta na primeira vez para que os custos não sejam elevados. Daí a importância de um controle e supervisão bem-feitos do que está ocorrendo em tempo real no campo.

A operação de campo do Censo 2022 conta com uma série de sistemas e aplicativos para garantir a contratação e pagamento das equipes censitárias – recenseadores, ACSs e ACMs -, a carga dos dados, a coleta, o gerenciamento e supervisão de toda a operação censitária. É possível avaliar se o setor censitário foi concluído, se os recenseadores receberam o pagamento, fazer correções e ver o deslocamento do recenseador.

Para a contratação, é utilizado o Sistema de Administração de Pessoal Censitário (SAPC). Já o Sistema Integrado de Gerenciamento da Coleta (SIGC) atua como uma ferramenta de apoio e controle gerencial que estará à disposição dos coordenadores.

confidencialidade da informação do Censo

A partir do Censo 2022, passa a não ser mais necessário descarregar as informações dos dispositivos móveis nos postos de coleta, ou transmiti-los para as subáreas ou unidades estaduais, seguindo uma arquitetura em cascata. Agora, os dados poderão ser transmitidos diretamente dos DMCs para os *data centers* do Rio de Janeiro e de São Paulo, tão logo seja encerrada a coleta em cada domicílio.

Isso porque os equipamentos contam agora com chips 3G e 4G. Caso não haja cobertura da rede móvel no local, o recenseador poderá fazer a transmissão tão logo chegue a um local com conexão Wi-Fi ou 4G.

Para que essa transmissão seja feita com segurança, após o recenseador realizar a coleta domiciliar, os dados são guardados criptografados dentro dos DMCs, que são fechados e não podem ser violados.

Mesmo que se retire o SSD (Solid-State Drive, dispositivo de armazenamento) do DMC e o instale em outro dispositivo, não é possível acessar os dados, pois o conteúdo é protegido por criptografia.

A **segurança da transmissão**, mesmo em rede pública Wi-Fi, é garantida porque os dados são transmitidos por meio de um canal criptografado HTTPS, para os servidores que estão no data center Canabarro, no Rio de Janeiro, ou no data center de São Paulo. No data center, o dado é armazenado em uma área protegida e será tratado por um processo automatizado que abre o dado, o descriptografa e o armazena no banco de dados. O dado original então é guardado para futura conferência.

Os links de internet de alta velocidade dos data centers do IBGE foram contratados usando fibra óptica com redundância e proteção contra ataques cibernéticos. Todos os links do Censo são independentes dos utilizados para as pesquisas regulares.



pandemia _ cuidados com todos

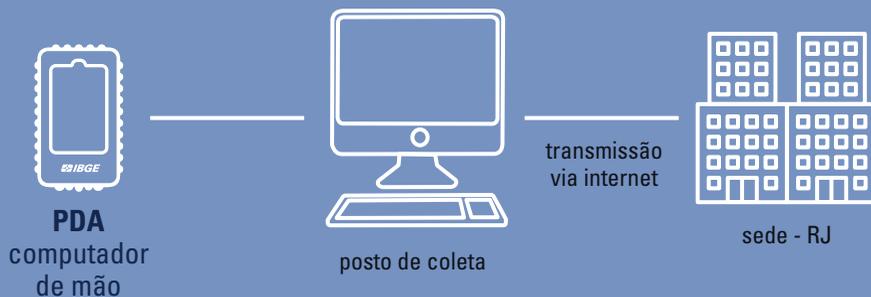
As medidas de segurança sanitária adotadas pela área de saúde do IBGE também englobam os processos das áreas de Tecnologia de Informação e Comunicação.

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

censo 2010

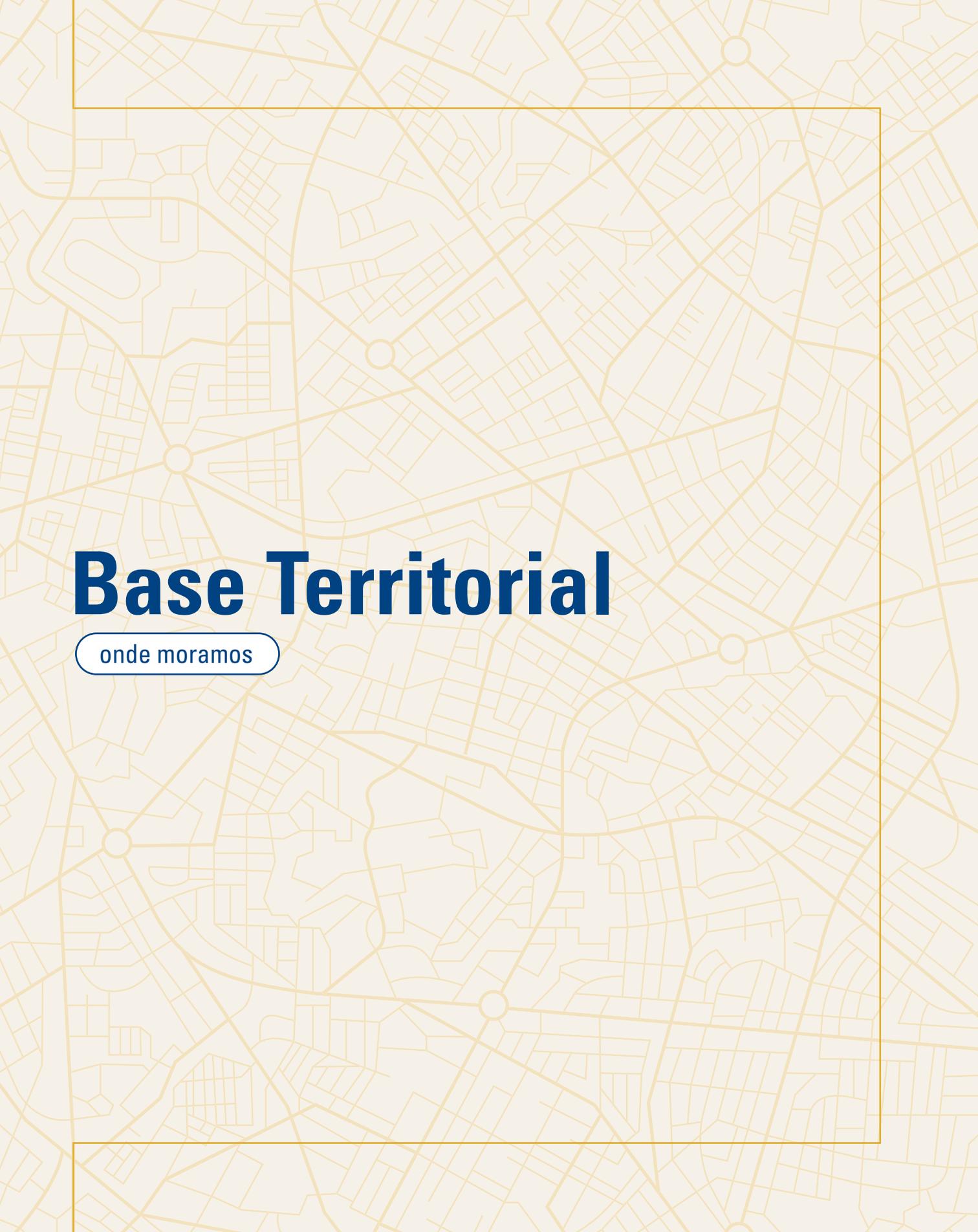
primeiro censo do mundo com coleta 100% digital



censo 2022

censo totalmente digital





Base Territorial

onde moramos



como os recenseadores chegam aonde moramos

Para que o Censo seja realizado com qualidade, é fundamental a adequada cobertura do território nacional. Ao longo do planejamento da operação, o IBGE aperfeiçoa cadastros de endereços, estruturas territoriais e mapas que, juntos, formam a Base Territorial. São esses dados que traçam o caminho que o recenseador vai percorrer durante a coleta.

Parte desses dados vêm do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), que será totalmente atualizado durante o Censo 2022. O cadastro é um repositório público, mantido pelo Instituto, com informações sobre domicílios e estabelecimentos edificadas, formais e informais, em todo o país. Criado em 2005, a partir dos dados coletados pelo Censo 2000, o CNEFE tem cerca de 89 milhões de endereços cadastrados, distribuídos pelos 452.246 setores censitários urbanos e rurais.

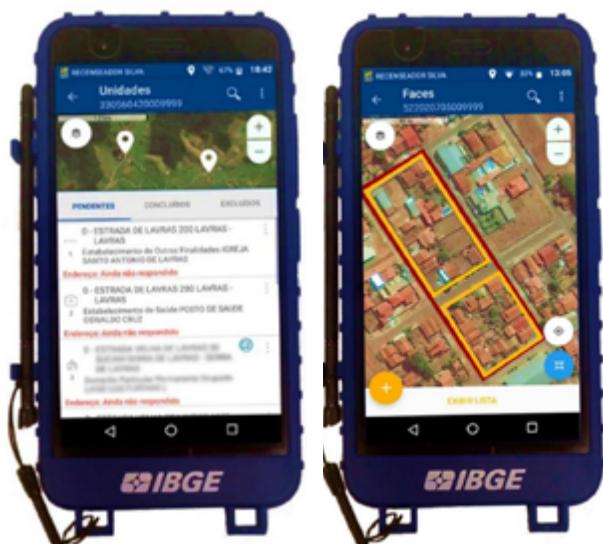
O cadastro de endereços é utilizado como ferramenta para planejamento das pesquisas do IBGE. No caso das pesquisas amostrais, como a PNAD Contínua, que monitora o emprego no país, por exemplo, é insumo primordial para a seleção dos endereços que participarão da coleta. Como arquivo público, o CNEFE também é usado por gestores públicos e privados.

O cadastro de endereços informa o nome do logradouro, CEP, pontos de referência e coordenadas. O nome do proprietário e dos estabelecimentos não são disponibilizados ao usuário do cadastro, conforme o princípio da confidencialidade, que estabelece que os dados devem ser usados exclusivamente para fins estatísticos.

Totalmente atualizado a cada Censo, o CNEFE passa por atualizações direcionadas ao longo do período intercensitário. Esse processo é continuamente realizado pela rede de coleta do IBGE, em todo o país, para que as pesquisas do Instituto alcancem os informantes. Além do registro dos dados de localização, o endereço é caracterizado conforme a espécie, em categorias de domicílios ou estabelecimentos, o tipo de edificação, e as condições do seu entorno.

O IBGE vem aprimorando a atualização contínua do cadastro por meio da obtenção e tratamento de registros administrativos. Também trabalha na constante consolidação de dados operacionais geográficos e de estruturais territoriais que ajudam a compor a malha territorial, representada por mapas.

O mapa sempre foi um instrumento fundamental para o recenseador chegar aos domicílios e aplicar os questionários do Censo, desde a época em que eram desenhados à mão até hoje em que são preparados em um ambiente virtual e disponibilizados no Dispositivo Móvel de Coleta (DMC). Toda essa malha está consolidada no Sistema de Mapeamento de Base Territorial (SISMAP).



O DMC ajuda o recenseador a chegar aos domicílios, registra coordenadas e as informações coletadas durante as entrevistas com os moradores

nova base de dados aprimora planejamento da coleta

Em 2022, o Censo contará ainda com a Base de Informações Operacionais de Setores Censitários (BIOS), que consiste em um conjunto de informações para o planejamento dos procedimentos de coleta dos dados.

A BIOS reúne informações que só podem ser identificadas localmente, a partir de levantamentos realizados em consulta à área a ser planejada, a partir de fontes diversificadas – órgãos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias, jornais, mídias diversas, e a partir do próprio conhecimento dos servidores do IBGE que acompanham o cotidiano das agências.

Por meio dessa base de dados, o recenseador pode, por exemplo, saber se na área em que vai atuar há restrições de segurança, desde comunidades localizadas em áreas conflagradas pelo crime a grandes condomínios, onde só é possível recensear após aval do síndico ou administrador de condomínios. Em territórios quilombolas, o trabalho de campo também só pode ser realizado com autorizações de órgãos específicos.

Com mais de 140 mil registros, divididos em 12 temas, a BIOS fornece informações para a caracterização operacional dos setores e apoia ações e medidas mitigadoras das dificuldades e cuidados necessários das equipes de coleta. Ao compor o banco de dados operacionais do IBGE, a BIOS vai, além de auxiliar no planejamento e execução da operação censitária, promover registros operacionais para pesquisas futuras do Instituto.



trajeto do recenseador em números

89 milhões
de endereços

452.246
setores censitários

75 milhões
de domicílios

5.568
municípios

+ Distrito Federal e
Distrito Estadual de
Fernando de Noronha

tipos de endereços



Domicílio particular
ocupado, vago, de uso
ocasional ou improvisado



Estabelecimentos
comércio, saúde,
escola, agropecuário,
entre outros



Domicílio coletivo
com e sem morador



**Em construção
ou reforma**
Inclusive terrenos
baldios

tipos de domicílios



1. Particular permanente

Casa

Casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco

Casa de vila ou em condomínio

Estrutura residencial permanente degradada ou inacabada

Apartamento

Habitação indígena sem paredes ou maloca

2. Particular improvisado

Tenda ou barraca de lona, plástico ou tecido

Estrutura não-residencial permanente degradada ou inacabada

Estrutura improvisada em logradouro público, exceto tenda ou barraca

Veículos (carros, caminhões, trailers, barcos etc)

Dentro de estabelecimento em funcionamento

Outros (abrigos naturais e outras estruturas improvisadas)

3. Coletivo

Abrigo, albergue ou casa de passagem para população em situação de rua

Unidade de internação de menores

Abrigo, casa de passagem ou república assistencial para outros grupos vulneráveis

Orfanato e similar

Clínica psiquiátrica, comunidade terapêutica e similar

Penitenciárias, centro de detenção e similar

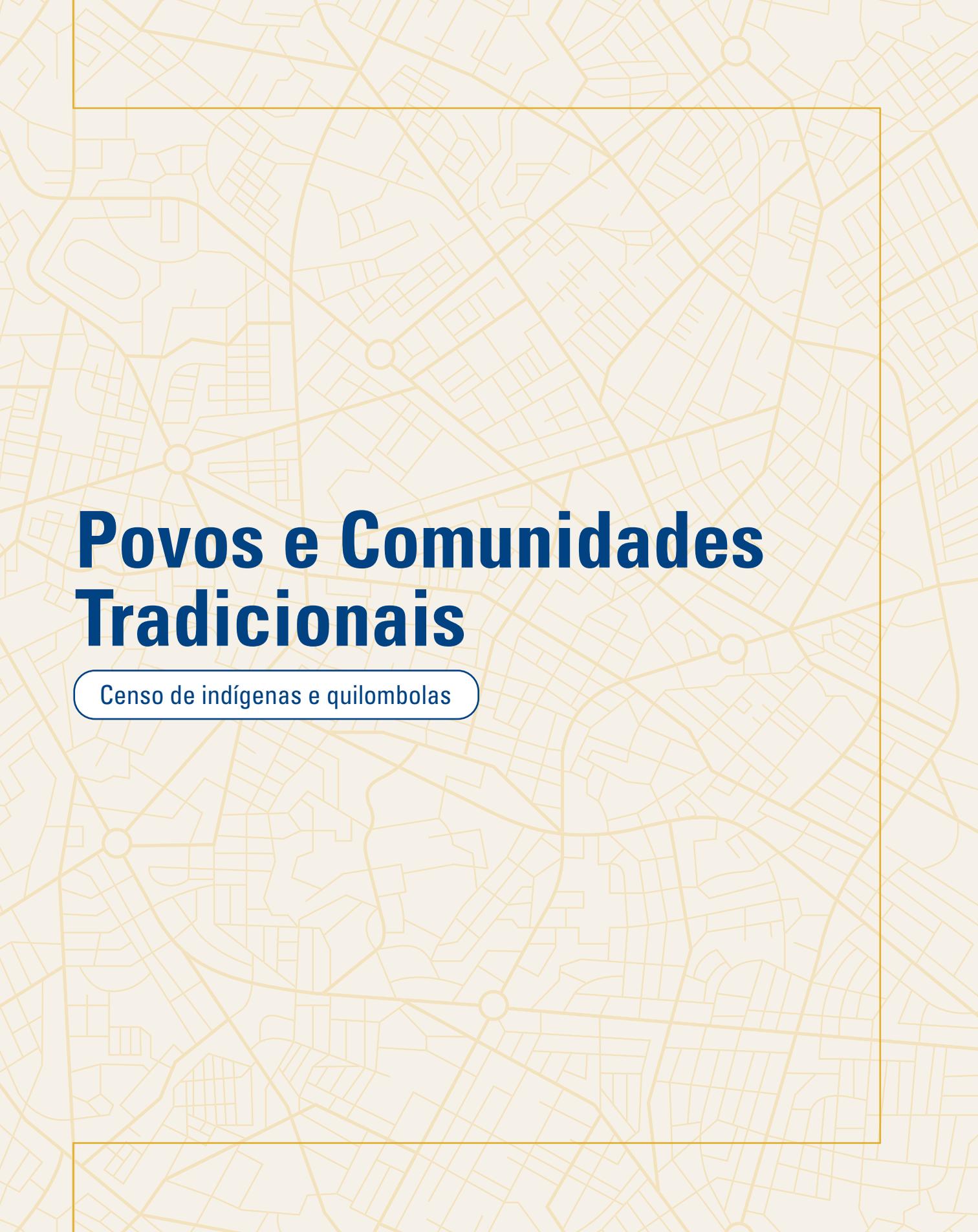
Asilo ou outra instituição de longa permanência para idosos

Hotel ou pensão

Quartel ou outra organização militar

Alojamento

Outro



Povos e Comunidades Tradicionais

Censo de indígenas e quilombolas



grupos culturalmente diferenciados

Os povos e comunidades tradicionais são definidos no Decreto 6.040/2007 como grupos culturalmente diferenciados que têm suas próprias formas de organização social. Os territórios e recursos naturais pertencentes a esses povos são necessários “para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovação e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

Dentre esses povos etnicamente diferenciados estão os indígenas e os quilombolas, cujos dados serão levantados pelo Censo 2022. É apenas por meio desse estudo, que faz uma varredura completa do território nacional, que é possível ter uma captura mais completa e detalhada desses grupos.

Para o IBGE, que segue normativas nacionais e internacionais, quilombola ou indígena é a pessoa que assim se identifica. A pergunta de identidade étnica para indígenas apareceu pela primeira vez no Censo de 1991 e manteve-se nos Censos seguintes (2000 e 2010).

No Censo realizado em 2010, houve um aprimoramento da pesquisa em relação a essa população, com a inclusão de perguntas sobre pertencimento étnico, línguas indígenas faladas e se falava português. O quesito cor ou raça foi transferido do questionário da amostra (parte dos domicílios) para o do universo (total dos domicílios), o que melhora a captação dessa característica. Foi a primeira vez que esses

temas foram levantados pela pesquisa. Essa inclusão representou uma evolução na caracterização demográfica, étnica e linguística da população indígena e gerou demandas por informações mais detalhadas referentes tanto aos indígenas quanto aos quilombolas.

Outro avanço foi a comparação da população nas terras indígenas oficialmente delimitadas com a que reside fora delas, por meio da compatibilização das malhas censitárias com os limites dessas localidades. Isso também permitiu, por exemplo, a divulgação de dados relativos a esses povos com recortes para grandes regiões, unidades da federação e municípios.

O Censo 2010 também foi o primeiro com questionário georreferenciado nas áreas rurais, o que possibilitou a aplicação de uma pergunta sempre que o recenseador estivesse trabalhando dentro de uma terra indígena oficialmente delimitada e que houvesse sido declarado como tendo uma cor ou raça diferente de indígena. Ao informante era questionado: você se considera indígena?



Foto: Licia Rubinstein/IBGE

pela primeira vez, o Censo nas comunidades quilombolas

Definidas pelo Decreto 4.887/2003 como “grupos étnicos, segundo critérios de autoatribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente sofrida”, as comunidades quilombolas serão retratadas **pela primeira vez no Censo 2022**.

Para a preparação do projeto técnico de povos e comunidades tradicionais, foram realizadas consultas públicas com esses

saiba mais

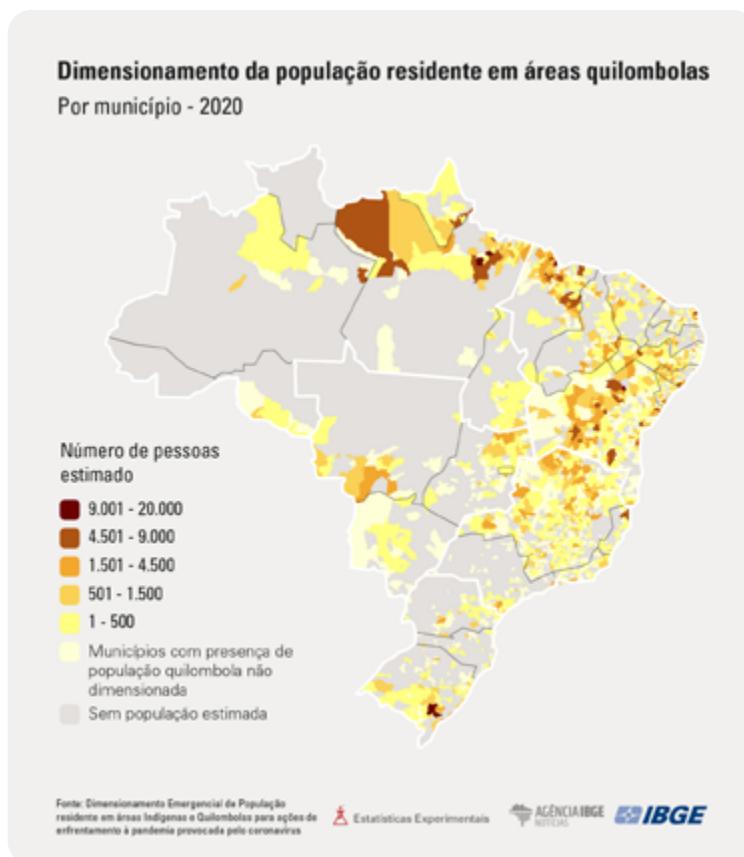
AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS



grupos, em quatro etapas presenciais e, durante a pandemia, os encontros passaram a ser virtuais. Já com os representantes dos povos indígenas, foram duas etapas entre 2018 e 2019, além da participação em audiências públicas em sete localidades do país.

Para que a dimensão informativa da consulta pública seja ainda mais abrangente, em todas as localidades indígenas e quilombolas do país, os recenseadores realizarão uma reunião de abordagem com a liderança comunitária antes de iniciar a coleta. Nesse momento, o Censo será apresentado para todas as lideranças, que poderão tirar dúvidas sobre a pesquisa.

O projeto técnico de povos e comunidades tradicionais, que tem como base seis pilares (questionários, base territorial, treinamento, sensibilização, coleta e garantia de cobertura e divulgação dos resultados), além de ter a participação de representantes desses grupos étnicos, contou com cooperações interinstitucionais, a exemplo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), da Fundação Cultural Palmares, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).



questionário em agrupamento indígena e a realidade socioterritorial

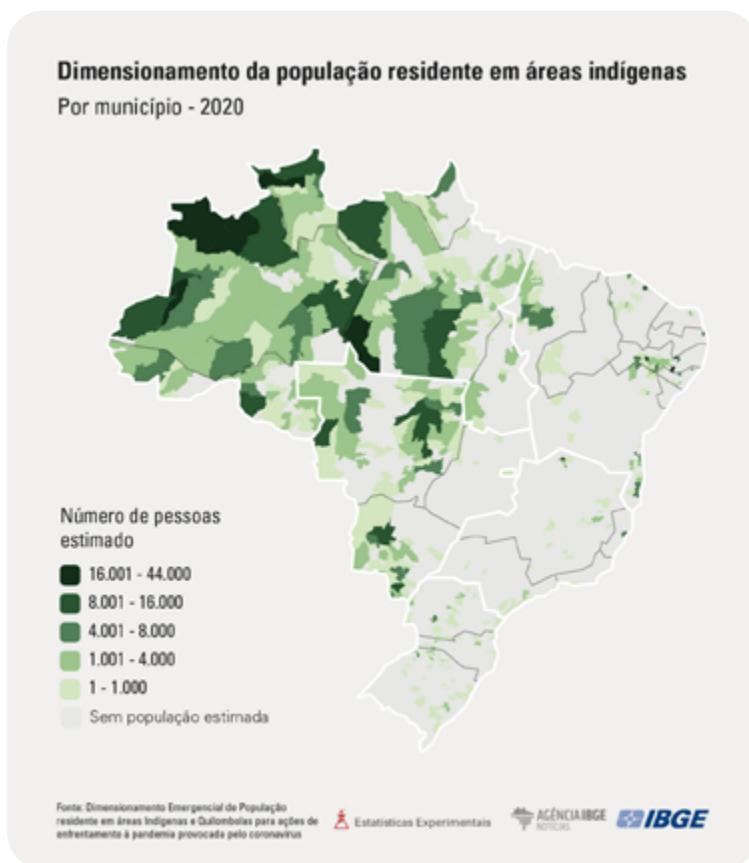
Outra novidade trazida pelo Censo 2022 é o **questionário de abordagem em agrupamento indígena**. Ele deve ser aplicado na reunião de abordagem com as lideranças comunitárias e de preferência antes do início da coleta domiciliar.

O informante é a liderança política do agrupamento indígena e, no caso de ausência dela, o recenseador deve avaliar a indicação de uma vice-liderança ou de outras pessoas que possam responder, dando a preferência a professores e agentes indígenas de saúde ou saneamento pertencentes à comunidade e indicados por ela.

Nesse questionário, haverá a identificação de dados de infraestrutura, recursos naturais, educação, saúde e hábitos relativos àquela aldeia ou comunidade. O objetivo é auxiliar a coleta no agrupamento, trazendo ao recenseador características que devem ser consideradas nas adaptações metodológicas do questionário domiciliar. A aplicação também ajuda a levantar informações importantes sobre a realidade socioterritorial da comunidade.

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS



base territorial específica para povos e comunidades tradicionais

Para o Censo 2022, a base territorial dos povos e comunidades tradicionais teve de ser adequada. As mudanças incluem a possibilidade de identificação dos povos indígenas fora dos territórios delimitados oficialmente e a inserção das comunidades e dos territórios quilombolas.

Um desafio foi o mapeamento dos agrupamentos, uma vez que as informações cartográficas de referência são escassas e grande parte das localidades está localizada em áreas remotas. Para isso, a metodologia de mapeamento dessas áreas, que foi utilizada no Censo 2010, foi aperfeiçoada.

No caso dos povos indígenas, foram definidos como setores censitários as terras oficialmente delimitadas pela Funai e os agrupamentos domiciliares, que são áreas contíguas com concentração de domicílios, mapeados pelo IBGE.

Outras localidades que não eram definidas em setores censitários foram chamadas de Áreas de Interesse Operacional (AIOs) e incluem as caracterizadas pela dispersão dos domicílios ocupados ou onde não foi possível confirmar a presença de população indígena. As AIOs definirão o funcionamento da pergunta de cobertura “Se considera indígena?” para os moradores que, nestas áreas, não se declaram indígenas no quesito de cor/raça. Essa definição ocorre mediante verificação geoespacial in loco via GPS no momento da entrevista.

5.972 localidades quilombolas com questionário especial

Já no caso das comunidades quilombolas, foram considerados os territórios quilombolas delimitados pelo INCRA e pelos institutos estaduais de terra. Também foram mapeados os agrupamentos identificados pelo IBGE e outras localidades não definidas em setores censitários, que vieram a constituir Áreas de Interesse Operacional (AIOs) quilombolas. Somadas as fontes, o Instituto chegou a 5.972 localidades desse tipo no país.

Assim como no questionário destinado aos povos indígenas, na abordagem aos quilombolas haverá abertura restrita de quesitos

quando o recenseador se encontrar em uma área quilombola pré-mapeada pelo IBGE.

A pergunta que surgirá no DMC será: “Você se considera quilombola?” Se a resposta for positiva, o informante deverá responder ainda o nome de sua comunidade. Com essas respostas, será conhecido o número de quilombolas existentes no país e a que comunidades pertencem. E será possível desagregar os resultados do Censo referentes aos quilombolas, o que permitirá estabelecer comparações com o restante da população



Mapeamento colaborativo e uso de imagens de satélites

Para que fosse possível construir uma sólida e confiável Base Territorial para o recenseamento, foi necessário contar com a colaboração das lideranças indígenas e quilombolas, que repassaram ao IBGE, nos anos anteriores ao Censo, muitas informações referentes à localização de suas comunidades. Foram também utilizados registros administrativos provenientes de outros órgãos públicos e organizações da sociedade civil, que apoiaram diretamente o mapeamento.

Todas essas informações foram analisadas e consolidadas através de imagens de satélite de alta resolução, que auxiliaram no refinamento das informações. Esse recurso foi fundamental para a construção da base territorial, especialmente nas áreas em que os povos têm alta mobilidade, ou seja, mudam de localização com o passar do tempo.



Foto: Marta Antunes/IBGE

guias e intérpretes

Os guias comunitários são aqueles que conduzirão o recenseador por todos os domicílios a serem visitados nas áreas indígenas e quilombolas quando necessário. Eles indicarão as melhores rotas de percurso, os horários ideais para visita e os códigos de conduta que devem ser adotados. Os guias podem ser também servidores de órgãos parceiros do IBGE na realização do Censo, principalmente da FUNAI e da SESAI.

Já os intérpretes em áreas indígenas devem atuar como mediadores da comunicação entre recenseador e informante e, assim, facilitar a comunicação e a interpretação do questionário. A presença deles também é necessária na reunião de abordagem.



pandemia _ cuidados com todos

Os recenseadores que vão atuar em Terras Indígenas seguirão um protocolo definido em conjunto pela FUNAI, SESAI e IBGE, que inclui vacinação completa para COVID-19, testagem e em algumas situações específicas quarentena. Antes da coleta, os profissionais que vão trabalhar nas áreas de povos e comunidades tradicionais receberão um dia a mais de treinamento para realizar as práticas de abordagem e aprenderem mais sobre as normas de conduta adequadas àquele território.



Recursos Humanos e Treinamento

quem são os mais de 200 mil trabalhadores do Censo

os profissionais que fazem o Censo

Dada a magnitude do projeto, cerca de 4,3 mil servidores do IBGE que trabalham no Rio de Janeiro, nas 27 unidades estaduais e nas 566 agências do IBGE ativas espalhadas pelo Brasil estão atuando no Censo 2022. Mas para cumprir o desafio de visitar mais de 70 milhões de domicílios, com respaldo legal da Lei 8.745/1993, o IBGE realiza cerca de 212 mil contratações temporárias para dar conta de uma demanda excepcional de pessoal e que não pode ser atendida com seu quadro de servidores. Essas contratações são realizadas por meio de Processos Seletivos Simplificados (PSS). Reunindo mais de 1,1 milhão de candidatos, os processos seletivos do Censo são hoje os maiores do país.

Estatísticos, economistas, geógrafos, engenheiros cartográficos e atendentes de call center são alguns dos profissionais que participam da operação censitária, além dos recenseadores e supervisores. Os analistas estão envolvidos no planejamento do Censo; os agentes, na organização logística e acompanhamento da coleta; e os recenseadores realizam a coleta de dados de casa em casa.

Os agentes censitários têm ganhos mensais fixos, definidos nos editais dos processos seletivos. Já os recenseadores ganham por produtividade e, para terem uma noção do valor mensal a receber, podem usar o **simulador** criado pelo IBGE.



Foto: Jessica Cândido/IBGE

recenseadores famosos no Censo

Nos diversos processos seletivos, há vagas para candidatos com formação educacional de primeiro a terceiro grau, de tal forma que o Censo é feito por pessoas vindas de todos os estratos da sociedade, faixas de idade e etnias.

Profissionais reconhecidos, como a apresentadora Ana Maria Braga e o jornalista Pedro Bial, já tiveram oportunidade de trabalhar como recenseadores do IBGE, nas pesquisas de 1970 e 1980, respectivamente. A jornalista Flávia Oliveira e o baterista das bandas Titãs e Ira, André Jung, são outros que também já colaboraram de alguma forma com o trabalho de recenseamento.

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

treinamento em cadeia

A modalidade de treinamento utilizada no Censo Demográfico é chamada de repasse em cadeia, ou seja, os treinandos de uma fase serão os instrutores da fase seguinte. Isso acontece até se chegar à última etapa da cadeia de treinamento, onde os supervisores são os instrutores dos recenseadores. Supervisores recebem 10 dias de treinamento, enquanto recenseadores têm cinco dias de aulas, sempre das 8h às 17h.

O treinamento foi aprimorado de modo a transmitir aos treinandos uma experiência de trabalho mais próxima da realidade de campo. Tópicos como definição de setor censitário, endereço, espécie, bem como percurso e cobertura são detalhados em manuais impressos e digitais, Ensino a Distância (EAD) e vídeos. Há até um conjunto de exercícios realizados no próprio DMC simulando dois setores, um urbano e outro rural, para consolidação do aprendizado.



pandemia _ cuidados com todos

Em tempos de pandemia de Covid-19, o IBGE criou um detalhado protocolo de saúde, repassado nos treinamentos para garantir o bem-estar e a proteção de todos os envolvidos. O protocolo explica como proceder na coleta de campo e destaca medidas fundamentais, como o uso da máscara facial, a higienização das mãos, o distanciamento social e a vacinação.

Em serviço no Censo 2022

1. Recenseador

Quantos: 183.021

Onde trabalha:

Nos setores censitários, percorrendo todos os logradouros do seu setor.

O que faz: Visita cada domicílio de uma determinada área de trabalho, aplicando o questionário do Censo e registrando as informações no Dispositivo Móvel de Coleta (DMC). Deve zelar pelo sigilo das informações e manter produção e padrão de qualidade adequados, cumprindo os índices de produtividade da Unidade Estadual do IBGE (UE).

2. Agente Censitário Supervisor (ACS)

Quantos: 18.420

Onde trabalha: No posto de coleta do seu município.

Também supervisiona o trabalho em campo, de acordo com os pedidos que chegam em seu tablet.

O que faz: Planeja, organiza, supervisiona e avalia a execução da coleta de dados realizada pelos recenseadores; acompanha os recenseadores em campo para esclarecimento de dúvidas; monitora a produtividade e adota providências relativas à contratação, prorrogação de contratos e desligamento de recenseadores; organiza o treinamento dos recenseadores, junto com o ACM, e atua como instrutor.

3. Agente Censitário Municipal (ACM)

Quantos: 5.450

Onde trabalha:

No posto de coleta do seu município.

O que faz: Gerencia os ACS e os recenseadores; acompanha o andamento e funcionamento das coletas de dados; adota providências relativas à contratação, prorrogação de contratos e desligamento de recenseadores; acompanha o registro de frequência dos ACS e opera o sistema administrativo no posto de coleta.

4. Coordenador Censitário de Subárea (CCS)

Quantos: 1.346

Onde trabalha: No posto de coleta, que é a sede da sua subárea. Faz visitas periódicas aos demais postos do(s) município(s) que compõem a sua subárea.

O que faz: É o elo direto das UEs com as outras funções censitárias. Adota providências relativas à contratação, prorrogação de contratos e desligamento das funções de ACM, ACS e recenseador; organiza e define as áreas de atuação e realiza avaliações mensais dos contratados.

5. Agente Censitário Operacional (ACO)

Quantos: 1.315**Onde trabalha:**
Na sede da
Unidade
Estadual.**O que faz:** Presta assistência na realização do trabalho administrativo e de informática na sua Unidade Estadual; organiza, produz e controla documentos, processos, procedimentos, dados e informações; executa atividades administrativas nas áreas de RH, materiais, patrimoniais, orçamentários, financeiros e de disseminação de informações.

6. Supervisor Censitário de Pesquisas e Codificação (SCPC)

Quantos: 12**Onde trabalha:** No CAC (Centro de Apoio ao Censo) e no Centro de Codificação. Ambos no Rio de Janeiro.**O que faz:** Gerencia e organiza o trabalho dos ACT e dos codificadores. Realiza treinamentos de capacitação e organiza a distribuição das tarefas dos ACT e dos codificadores, de acordo com as orientações recebidas da coordenação da pesquisa.

7. Agente Censitário de Pesquisa por Telefone (ACT)

Quantos: 180**Onde trabalha:**
No CAC (Centro de Apoio ao Censo), no Rio de Janeiro.**O que faz:** Atendimento telefônico aos usuários para suporte ao preenchimento do questionário via internet e ligação para as residências a fim de verificar eventuais problemas que levam à desistência do informante, incentivando e ajudando na finalização do questionário.

8. Codificador

Quantos: 120**Onde trabalha:**
No Centro de Codificação, no Rio de Janeiro.**O que faz:** Analisa os textos oriundos da coleta de dados, transformando-os em códigos, através de consultas a tabelas e relatórios internos e externos. Este trabalho é vital para a crítica do material coletado no que se refere a variáveis não-categorizadas.



Relações institucionais e Repacs

a cooperação da sociedade



esforço conjunto de diversas instituições

O Censo Demográfico é realizado pelo IBGE desde 1940, mas o Instituto conta com aliados de vários setores da sociedade para colocar a operação em campo. O porte de uma operação censitária em um país com dimensões continentais exige esforços de diversas instituições públicas, órgãos estatais, movimentos, associações e organizações privadas e do terceiro setor.

São muitos os instrumentos organizacionais e institucionais que o IBGE utiliza para envolver toda a sociedade na preparação e na divulgação do Censo. Neste Censo 2022, uma das principais ferramentas são as Reuniões de Planejamento e Acompanhamento do Censo, as Repacs, iniciadas em 2019.

Planejadas pela Coordenação Operacional dos Censos (COC) do IBGE e executadas pelos coordenadores de subárea, as reuniões são encontros regulares que contam com a participação da comunidade local, dando transparência à operação censitária nos municípios, e buscam apoio e parcerias para viabilizar as atividades do Censo junto à sociedade. Para o Censo 2022, está prevista a realização de mais de 15 mil reuniões nos municípios brasileiros.

Dentre suas principais atribuições, estão a apreciação dos mapas para fins estatísticos elaborados pelo IBGE para orientar as equipes de campo e a divulgação de resultados; a promoção da divulgação do Censo Demográfico junto à comunidade; e a colaboração na instalação dos postos de coleta, auxiliando na disponibilização da infraestrutura necessária à coleta de dados e no deslocamento

das equipes nas áreas rurais. As Repacs trabalham fornecendo informações territoriais, ambientais, econômicas e demográficas aos municípios, em conjunto com lideranças comunitárias e autoridades das comunidades locais.

instituições e municípios cedem espaços para os postos de coleta

O IBGE é sediado no Rio de Janeiro e conta com 27 unidades estaduais e 566 agências ativas. Todo o aparato censitário necessita ser ampliado para todos os municípios do país, com a instalação de mais de 6 mil **postos de coleta**. Esta estrutura demanda tempo e custo.

Com as Repacs, a sociedade civil organizada e os governos locais auxiliam o IBGE nesta ação que consiste, por exemplo, na obtenção de espaços para salas onde funcionam por três ou quatro meses os postos de coleta, com toda mobília, equipamento e infraestrutura necessária.

Outro importante desafio que a operação censitária demanda debatido nas Repacs é a comunicação. O Censo 2022 será totalmente informatizado. Dessa forma, é necessário viabilizar acesso à Internet satisfatório nos locais de coleta para que as informações possam ser transmitidas.

Nas Repacs, também são compartilhados os cadastros de endereços para a operação censitária mapear todos os domicílios a serem consultados. A infraestrutura de transporte também é discutida e seus desafios são solucionados nas reuniões, pois o recenseador deverá chegar em todas as localidades do país, incluindo àquelas onde não se acessa de maneira terrestre, por exemplo.

A divulgação é outro ponto crucial debatido nas reuniões. São necessários esforços para divulgar os Processos Seletivos Simplificados para que haja pessoal suficiente apto a trabalhar na operação censitária. Também é fundamental a ampla comunicação da realização do Censo para que a população possa estar ciente da importância de receber os recenseadores.

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

mobilização das autoridades municipais e dos cidadãos

Essas reuniões são presididas por representantes do IBGE. São convidadas para as reuniões as autoridades locais (dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), além de representantes de associações, sindicatos, lideranças comunitárias, universidades, empresas e outros segmentos que possam de alguma maneira apoiar a operação censitária naquele município determinado. Entidades estratégicas participam das Repacs, como as secretarias municipais de Educação e Planejamento, além de representantes da Câmara Municipal, das Associações de Moradores e das Associações de Síndicos e Condomínios. Também são chamados para participar os líderes comunitários, os sindicatos e a imprensa local. A presença de representantes e entidades dos povos e comunidades tradicionais nessas reuniões é estratégica, pois dessa forma o IBGE consegue adequar a operação censitária às necessidades de comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo.



pandemia _ cuidados com todos

Para o Censo 2022, o IBGE promoveu cursos on-line para coordenadores estaduais das Repacs, para os coordenadores censitários e para outros indicados pelos coordenadores estaduais. Por conta da pandemia da Covid-19, as reuniões, que eram presenciais, tornaram-se on-line.

A medida eliminou o risco de contágio dos participantes. Com o menor deslocamento, também houve menor custo na realização das reuniões.

Em 2022, algumas reuniões voltaram a ser presenciais.

engajamento dos cidadãos locais

A realização das Repacs é uma forma do IBGE reforçar a importância do Censo 2022 para o planejamento público e privado, pois a operação ajuda a sociedade a conhecer melhor suas necessidades locais. Nas reuniões, são informadas as datas e as etapas de todo o processo censitário, do calendário de preparação até a divulgação

dos resultados, observando o sigilo das informações previsto na **lei do sigilo estatístico**. Por exemplo, o IBGE não fornece informações individualizadas sobre os respondentes. Tampouco participantes das reuniões acompanham os recenseadores em entrevistas ou consultam os questionários preenchidos.

Com as Repacs, o IBGE aumenta a interação entre o Instituto e representantes da sociedade local, na intenção de colaborar com todas as etapas da operação censitária, visando dar ainda mais transparência e credibilidade aos trabalhos e oferecendo uma oportunidade de engajamento aos cidadãos locais, o que permite potencializar o resultado do Censo 2022.

parcerias institucionais, acadêmicas e o papel dos observadores

A construção das relações institucionais do IBGE visa fomentar, divulgar e adquirir apoio para as operações censitárias. São quatro eixos de parceiros que contribuem com o Instituto na operação censitária: governos e entidades públicas; meio acadêmico; confederações e associações; e iniciativa privada.

O governo e as empresas públicas, isto é, outros ministérios, fundações e autarquias públicas, são usuários dos dados da pesquisa e apoiam a operação de coleta. Neste eixo, são exemplos de parcerias institucionais o INSS e a Receita Federal.

O meio acadêmico também atua de forma próxima ao Censo. Professores, grupos e universidades, com visões voltadas ao aspecto metodológico e à leitura transversal dos dados, com ênfase em microdados, são parceiros do IBGE no eixo que consiste na crítica embasada e construtiva à pesquisa.

As associações, confederações, federações de classe e categorias também são parceiros estratégicos do IBGE para o Censo, pois representam interesses de determinados segmentos da sociedade. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) é um dos melhores exemplos neste eixo. A entidade representa parte das prefeituras do país e fornece ajuda para a operação censitária.

Por fim, empresas do setor privado também contribuem para o sucesso do Censo.

Estas relações funcionam, principalmente, como apoio à divulgação da realização e dos resultados do Censo. Dessa forma, a operação

censitária consegue estar presente nos canais de mídia e comunicação dos órgãos e segmentos. Em contrapartida, o IBGE fornece suporte aos usuários para a obtenção e a elucidação dos resultados da pesquisa censitária. Essas parcerias podem ser realizadas de maneira formal, com assinatura de termos de compromisso, ou informal.

Dentro desse aspecto de relações institucionais, encontram-se também os observadores nacionais e internacionais. Do exterior, representantes de institutos de estatísticas, principalmente das Américas, vão a campo observar todo o processo de preparação do Censo. Também há observadores nacionais, que participam da comissão consultiva. Por fim, o Censo também conta com observadores internos, integrantes do IBGE que atuam em áreas de temas correlatos à pesquisa censitária.

consultas públicas e participação social

Outra ferramenta importante que o IBGE utiliza para envolver setores da sociedade civil no Censo 2022 são as **consultas públicas**. Iniciadas em 2018, serviram para uma avaliação de potenciais usuários dos dados censitários, desde o coletivo geral, os cidadãos, até o público mais direcionado, de gestores governamentais e da academia.

O processo buscou democratizar por meio da consulta pública as etapas do Censo 2022. O IBGE aproveitou o cadastro de instituições que tinha em sua base e convidou entidades, universidades e associações. Além disso, por meio do portal do Censo, a consulta foi aberta a todos, fazendo com que qualquer cidadão pudesse opinar, avaliar, criticar e sugerir sobre os mais diversos aspectos da operação censitária.

Após essa primeira fase, o Instituto realizou uma filtragem e uma classificação, deixando o resultado ainda mais abrangente do que em anos anteriores, pois contou com uma participação mais diversa do que acontecia anteriormente. Após essa etapa, foram realizados seminários com organizações específicas, como as de povos e comunidades tradicionais.

O principal foco das consultas públicas foi o questionário do Censo 2022. Para povos tradicionais, por exemplo, que respondem perguntas específicas, o IBGE abriu diálogo permanente para

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

fazer o projeto censitário mais aderente às necessidades e às expectativas dessas populações.

A seguir, com base no resultado do trabalho de consulta pública ao questionário do Censo 2022, o IBGE convidou os participantes cadastrados e apresentou os resultados encontrados. Da outra ponta, recebeu o retorno sobre o processo e o resultado das instituições e pessoas que integraram a consulta pública.

Nesse aspecto, também há uma **comissão consultiva**, composta por membros da comunidade acadêmica com reconhecido conhecimento em várias áreas de interesse do Censo, como Economia, Sociologia, Demografia, Antropologia, entre outras ligadas aos estudos sociais e de cidadania, alinhados à missão institucional do IBGE e objetivo primordial do Censo 2022: retratar a realidade do país.

preparativos para o Censo

rede nacional IBGE

27 unidades estaduais

566 agências

repacs

encontros regulares que buscam dar transparência e obter apoio e parcerias para a operação censitária nos municípios

+15 mil reuniões previstas até o final da operação censitária

acontecem desde

2019



reuniões virtuais por conta da pandemia

quem participa:



Representantes do IBGE
presidem as reuniões



Autoridades locais
executivo, legislativo e judiciário



Lideranças comunitárias



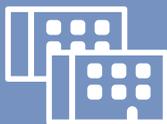
Sindicatos e associações



Mídia local

parcerias institucionais

servem de fomento, apoio e divulgação para as operações censitárias



Governo e empresas públicas

ministérios, fundações e autarquias



Organizações de classe e categoria

associações, federações e confederações



Academia

universidades, professores e grupos de estudo



Setor privado

empresas e demais entidades particulares



observadores

Institutos internacionais de estatísticas

Observadores nacionais da comissão consultiva composta por representantes de áreas de interesse (como Economia, Demografia, Sociologia, etc)

Observadores internos do IBGE, como outras diretorias e núcleos



consulta pública

Início em 2018

Foco no questionário do Censo

Primeira etapa: aberta ao público geral

Segunda etapa: filtragem e classificação dos tópicos levantados

Terceira etapa: seminários com entidades sobre tópicos específicos (ex: povos tradicionais)

Apresentação dos resultados e *feedback* dos participantes

The background of the entire page is a light beige color with a complex, abstract pattern of thin, golden-brown lines. These lines form a dense network of irregular shapes and paths, resembling a stylized city street map or a network diagram. The lines vary in thickness and orientation, creating a sense of depth and connectivity. The overall aesthetic is clean, modern, and urban.

Questionários

o que queremos saber e para quê



os questionários da amostra e do universo

Em 2022, o IBGE vai a campo realizar o XIII Censo Demográfico do país com o objetivo de traçar um retrato de todos os municípios brasileiros. Desde o Censo Demográfico de 1960, o IBGE adota dois modelos de **questionário**: o questionário ampliado (amostra) e o questionário simplificado (básico). Todas as perguntas do questionário básico também estão contidas no questionário da amostra. Esta estratégia viabiliza uma maior cobertura temática, ou seja, que o IBGE pesquise maior número de temas sem sobrecarregar a operação. Metodologias estatísticas garantem que as informações do questionário da amostra sejam ampliadas para o total da população, seja nos municípios, nos estados ou para o total do país.

O questionário básico traz os seguintes blocos de perguntas: identificação do domicílio, informações sobre moradores, características do domicílio, identificação étnico-racial, registro civil, educação, rendimento do responsável pelo domicílio, mortalidade e dados da pessoa que prestou as informações. Já o questionário da amostra, além dos blocos contidos no questionário básico, investiga também: trabalho, rendimento, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, pessoas com deficiência, migração interna e internacional, deslocamento para estudo, deslocamento para trabalho e autismo.

A seleção dos domicílios para o questionário da amostra é feita automaticamente no Dispositivo Móvel de Coleta (DMC). A seleção é aleatória, independente em cada setor censitário, de acordo com o percentual de domicílios definido para o município, e de forma que seja espalhada geograficamente por toda a extensão do setor censitário.

saiba mais

Conheça as sinopses dos **Resultados do Censo 2010** no Portal do IBGE

população dos municípios define número de domicílios no questionário da amostra

No Censo 2022, aproximadamente 11% dos domicílios (cerca de 7,7 milhões) responderão ao questionário da amostra. O percentual de domicílios selecionados para a amostra é chamado de fração amostral. Para fornecer informações precisas para todos os municípios, o Censo 2022 irá aplicar cinco frações amostrais diferentes – mesma estratégia usada pelo Censo Demográfico de 2010 –, de acordo com o tamanho do município. Os municípios são classificados segundo as estimativas populacionais para 2021.

Assim, para garantir a qualidade das informações do questionário da amostra, a fração amostral em municípios com menos população deve ser maior do que em municípios com mais população. Confira as frações amostrais no quadro abaixo.

Fração Amostral	Nº de municípios	População Estimada 2021	Domicílios Particulares Permanentes 2021	Questionário da Amostra		Questionário Básico	
				Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas
50%	289	573.480	229.783	114.892	286.740	114.892	286.740
33%	1808	9.041.293	3.410.306	1.125.401	2.983.627	2.284.905	6.057.666
20%	1673	22.008.559	7.817.688	1.563.538	4.401.712	6.254.150	17.606.847
10%	1751	113.670.879	39.916.719	3.991.672	11.367.088	35.925.047	102.303.791
5%	49	68.023.428	24.683.431	1.234.172	3.401.171	23.449.259	64.622.257
Total	5570	213.317.639	76.057.927	8.029.674	22.440.338	68.028.253	190.877.301

Além disso, serão adotadas frações maiores que a do município em setores censitários do tipo Aglomerado Subnormal e em

setores localizados em Terras Indígenas ou Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, com a finalidade de formar uma área de ponderação, para que seja possível aplicar os procedimentos de calibração dos pesos amostrais. Essas alterações nas frações amostrais não acarretarão um aumento considerável no tamanho da amostra total.

Já em domicílios coletivos, como presídios, asilos e hospitais, será aplicada a fração amostral do município a que pertencem.

a escolha dos temas do questionário

A definição do conteúdo temático investigado no Censo 2022 ocorreu durante a fase inicial da **etapa de planejamento**. Nesse processo, foram considerados vários fatores e critérios fundamentais:

- ➔ as **consultas aos usuários do Censo**; a revisão dos tópicos investigados nos Censos anteriores;
- ➔ a reavaliação das necessidades de manter séries históricas e a avaliação de novas necessidades de dados;
- ➔ a existência de alternativas disponíveis de obtenção dos dados (registros administrativos e pesquisas amostrais da instituição, em especial a PNAD Contínua);
- ➔ as recomendações internacionais, que visam melhorar a comparabilidade dos dados.
- ➔ relevância, pertinência e aplicabilidade das variáveis investigadas, com prioridade para: estimativas e projeções de população; política de foco municipal; grupos populacionais específicos rarefeitos e de interesse para políticas públicas, desde que seja efetivamente possível garantir cobertura;
- ➔ e informação de caráter estrutural de interesse público.

Além disso, o IBGE busca também garantir o cumprimento dos **princípios fundamentais das estatísticas oficiais**.

Ao final de 2017, foram finalizados os protótipos dos Questionários Básico e da Amostra, **testados** no início de 2018, na Primeira Prova-Piloto. A partir dos resultados, uma nova proposta foi desenvolvida para a Segunda Prova-Piloto, realizada entre os meses de março e abril de 2019.

Paralelamente, no âmbito de discussão da Comissão Consultiva do Censo Demográfico, identificou-se a necessidade de **redução dos**

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

questionários, com o objetivo de agilizar a operação (treinamento dos recenseadores e coleta do questionário em campo) e adequá-la ao **orçamento**. Assim, com base nas observações obtidas a partir da Segunda Prova-Piloto, uma **nova proposta** de questionário foi desenvolvida e levada a campo no Censo Experimental, no período de outubro a dezembro de 2019.

Durante a operação do Censo Experimental, fizeram-se pequenos ajustes pontuais, dando origem à versão final utilizada no Teste de Homologação de Equipamentos e Sistemas, realizado nas 27 unidades estaduais nos meses de novembro de 2021 a fevereiro de 2022.

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

quanto tempo o questionário leva para ser respondido?

Os tempos medianos para se preencherem os questionários básico e da amostra foram de 5 e 16 minutos, respectivamente. Esse cálculo foi obtido a partir do Teste de Homologação de Equipamentos e Sistemas e leva em conta o tamanho do domicílio e a modalidade de coleta. Os valores não consideram os dados de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT).

Tempo mediano de resposta por tamanho do domicílio

Tipo Questionário	Quantidade de Moradores				
	Geral	1 morador	2 moradores	3 moradores	4 ou mais moradores
Geral	6 min	4 min	5 min	6 min	8 min
Básico	5 min	3 min	5 min	6 min	8 min
Amostra	16 min	9 min	14 min	17 min	22 min

Tempo mediano de resposta por modalidade de coleta

Tipo Questionário	Modalidade de Coleta			
	Geral	Presencial	Internet	Telefone
Geral	6 min	6 min	8 min	6 min
Básico	5 min	5 min	8 min	5 min
Amostra	16 min	16 min	23 min 30 seg	15 min 30 seg

temas com previsão legal

Dois temas investigados no Censo Demográfico 2022 estão previstos em leis: deficiência e autismo.

A **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre o apoio à pessoa com deficiência (PCD), sua integração social e dá outras providências. Seu Art. 17 trata de incluir no Censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática dessas pessoas, objetivando o conhecimento atualizado do número de número de indivíduos com essa característica no País.

A investigação sobre pessoas com deficiência no Censo Demográfico busca identificar este grupo populacional segundo o conceito apresentado pela Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada no âmbito das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006, e incorporado ao Estatuto da Pessoa com Deficiência brasileiro.

A temática será abordada no questionário da Amostra, e está em conformidade com as recomendações do **Grupo de Washington**, fato que possibilita a produção de estatísticas sobre pessoas com deficiência comparáveis internacionalmente.

Já o tema autismo é investigado em cumprimento a **Lei nº 13.861**, de 18 de julho de 2019, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a inclusão das especificidades inerentes ao **transtorno do espectro autista** nos Censos demográficos. Em 2022, o tema será investigado pela primeira vez em uma operação censitária brasileira.

novas investigações no Censo Demográfico 2022

Além do quesito acerca do autismo, também foram incluídas investigações específicas sobre a temática **quilombola**.

As perguntas identificam se o morador se considera quilombola e, em caso positivo, o nome de sua comunidade.

uso das informações do Censo

Veja na ilustração como as informações do Censo Demográfico são utilizadas pela sociedade.





Padrão IBGE de qualidade

metodologia sólida e boas práticas



testes prévios e aprimoramento das estratégias

Em 2018, o IBGE iniciou os testes do Censo, que seria realizado em 2020, mas, por conta da pandemia de Covid-19, acabou sendo adiado para 2021, e por falta de orçamento foi transferido para 2022.

As etapas de testes seguintes foram realizadas em 2019, em Censos-Pilotos em algumas cidades, onde foram utilizados os dois meios de coleta: presencial (por meio do recenseador, com uso do dispositivo móvel de coleta (DMC) e autopreenchimento on-line (com cadastro do e-mail do morador por meio do DMC). Os resultados mostraram que 99,3% preferiram responder na abordagem presencial e 0,7% optaram pelo preenchimento on-line.

O passo seguinte foram os ensaios finais para a realização da operação censitária, por meio do Censo Experimental, realizado no município inteiro de **Poços de Caldas** (MG) e em alguns setores censitários localizados em municípios como General Sampaio (CE), Jatobá (PE), Petrolândia (PE), Tacaratu (PE), Rio de Janeiro (RJ), Ermo (SC), Bujari (AC), Restinga Seca (RS) e Porto Alegre (RS), entre outros. Nessa fase, foram visitadas, inclusive, **localidades indígenas e quilombolas**, além de aglomerados subnormais. No Censo

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS



AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

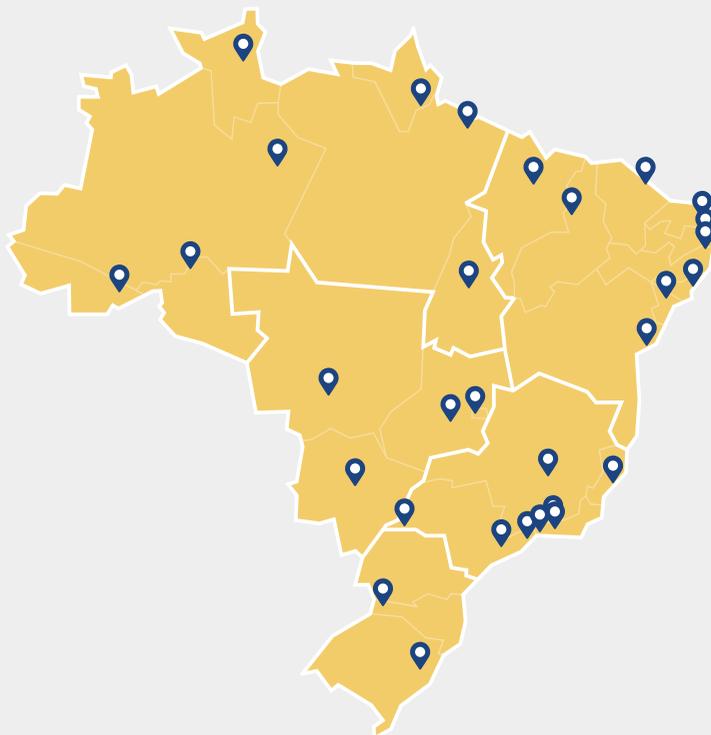
Experimental, a taxa de resposta foi de 96,3% para a abordagem presencial e 3,7% para a alternativa do questionário on-line.

Durante a pandemia e o distanciamento social, os testes de campo foram interrompidos. Por conta disso, em novembro de 2020, o IBGE realizou um teste com modalidade totalmente remota para avaliar a possibilidade de uso da abordagem por telefone como alternativa de coleta de dados no Censo. O IBGE voltou a campo no **Teste de Paquetá** em setembro de 2021, aproveitando a oportunidade de que os moradores desta ilha, localizada no Rio de Janeiro, estavam vacinados. Lá, todas as condições e etapas do Censo foram devidamente verificadas e avaliadas.

Outra etapa de preparação da coleta do Censo Demográfico 2022 foi o **Teste Nacional do Censo**, realizado em novembro de 2021, em 27 localidades do país, que teve como objetivos: ajustar as funcionalidades presentes nos sistemas; testar os equipamentos em condições reais de campo; testar a investigação inédita do autismo na entrevista presencial; testar o questionário de abordagem em agrupamento indígena e, também, o modelo de coleta.

Teste Nacional do Censo 2022

Localidades nas 27 Unidades Estaduais



saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS



MINUTO
IBGE

saiba mais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS



MINUTO
IBGE

controle e supervisão em cada etapa

O IBGE tem a qualidade como um valor institucional e adota as recomendações e os princípios específicos propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). E, para garanti-la em uma operação da magnitude do Censo, é necessário um rigoroso controle dos fatores que possam colocar em risco os objetivos primordiais do estudo.

A responsabilidade pela qualidade passa por todos os setores do IBGE, seja da alta administração, gestores, corpo técnico, agentes temporários ou demais servidores que atuam nas diversas instâncias e unidades organizacionais e setoriais. Mas, no Censo, por sua magnitude, o sistema de controle é muito mais complexo.

No Censo 2022, caberá aos recenseadores, que vão iniciar suas visitas a todos os domicílios do país a partir de 1º de agosto, verificar e atualizar o **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE)**; aplicar o questionário presencialmente nos domicílios ocupados; aplicar o questionário por meio telefônico (quando necessário); disponibilizar códigos para o autopreenchimento pela internet (quando solicitado) e, no caso dos recenseadores que atuarão em áreas indígenas e quilombolas, realizar reuniões de abordagem com as lideranças de sua área de trabalho.

Todos esses processos são acompanhados de perto pelo supervisor, que verifica a qualidade dos dados coletados, a cobertura de endereços, o cumprimento dos prazos e a consistência nas respostas dos questionários quase que em tempo real. Esse controle é importante, pois as falhas podem comprometer os resultados do estudo. Por exemplo, se um recenseador ingressar por engano na área de trabalho de outro, pode haver contagem dupla dos domicílios e pessoas, prejudicando a cobertura. Se ele utilizar errado os conceitos do questionário, os resultados podem afetar a adoção de políticas públicas e demais usos das informações do Censo.

Então, durante o trabalho de coleta do recenseador, à medida que os dados forem transmitidos para o sistema central, o Sistema Integrado de Gerenciamento e Controle (SIGC) irá gerar relatórios gerenciais para acompanhamento da coleta em campo. Além disso, quando o recenseador atingir determinada produção, este sistema irá gerar uma amostra de unidades para que o supervisor realize as verificações em campo.

O trabalho de supervisão envolverá uma cooperação entre o agente censitário supervisor (ACS) e o agente censitário municipal (ACM), cuja principal tarefa é de coordenar os trabalhos no posto de coleta. O projeto de supervisão prevê a conferência do percurso e cobertura, além da aplicação de entrevistas em uma subamostra de domicílios ocupados.

Os relatórios conterão tabelas e mapas que auxiliarão os supervisores em análises de produtividade dos recenseadores, percurso, cobertura do território, entre outros aspectos. Os indicadores gerenciais estarão presentes no SIGC com o intuito de mostrar aos supervisores quais características nos setores censitários (média de moradores nos domicílios ocupados, quantidade de domicílios particulares ocupados, etc.) estarão fora de um comportamento esperado, demandando uma re Checagem.



Pesquisa de Pós-Enumeração

A Pesquisa de Pós-Enumeração (PPE) é uma das etapas do Censo Demográfico 2022. Seu principal objetivo é fornecer recursos para a avaliação da cobertura e da qualidade da coleta da operação censitária. A PPE será realizada entre os meses de agosto e dezembro de 2022 em 4.795 setores censitários selecionados, contemplando uma amostra de cerca de 1,5% dos setores do Censo Demográfico 2022.

As falhas na cobertura da coleta nos censos e na qualidade da informação declarada são um fenômeno comum em diversos países, uma vez que os censos demográficos são operações complexas, que consomem grande contingente de mão-de-obra e estão sujeitas a erros e imprecisões. Estes erros nos censos demográficos podem ser classificados em dois tipos básicos: de cobertura e de conteúdo. O erro de cobertura refere-se aos erros na informação da quantidade de pessoas ou domicílios recenseados, podendo ocorrer a partir de inclusões indevidas (sobre-enumeração) ou omissões (subenumeração) destas pessoas ou domicílios. O erro de conteúdo está relacionado à qualidade da informação efetivamente coletada.

A PPE 2022, da forma como está desenhada, não corrige eventuais falhas de cobertura no Censo, mas ajuda a verificar onde elas ocorrem. Desta forma, os resultados da PPE são essenciais e contribuem diretamente para a maior transparência dos resultados do Censo Demográfico, fornecendo elementos para uma melhor interpretação e utilização por parte dos usuários. A PPE é usada ainda para identificar áreas que requerem maior atenção em operações futuras e fornecer subsídios para os trabalhos de elaboração das estimativas e projeções populacionais.

O IBGE realiza pesquisas desta natureza desde o Censo Demográfico de 1970. Portanto, a realização da avaliação direta dos Censos através de pesquisas de Pós-enumeração tem sido prática no país nos últimos 50 anos. Convém ressaltar, contudo, que, assim como ocorre em diversos países, seus métodos, formas de divulgação e usos não têm sido uniformes ao longo do tempo, e sua qualidade, viabilidade e necessidade têm sido extensamente debatidas. Até o último Censo, tais levantamentos eram denominados como “Pesquisa de Avaliação da Coleta” ou “Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico” - PA. Para o Censo 2022, optou-se por alterar o nome para “Pesquisa de Pós-Enumeração”, designação que reflete melhor as características e objetivos da pesquisa, além de ser consistente com o nome que é dado em outros países.

Apesar de ser uma pesquisa independente, a PPE 2022 é parte integrante do projeto do Censo Demográfico 2022. A PPE tem por princípios básicos a independência e igualdade de condições em relação ao Censo Demográfico. Para garantir o princípio da igualdade de condições, a PPE utiliza os mesmos conceitos e condições adotados no Censo Demográfico, bem como os mesmos instrumentos de coleta e supervisão.

A Pesquisa de Pós-Enumeração (PPE) é uma pesquisa por amostra, realizada em setores censitários selecionados. O trabalho de coleta da PPE se inicia quando estes setores selecionados estiverem completamente coletados e supervisionados pelo Censo Demográfico. A PPE conta com um questionário único a ser aplicado por meio de entrevista presencial ou por telefone realizada pelo recenseador. As respostas são registradas no DMC com o auxílio do aplicativo de coleta PPE. Após finalizada a coleta da PPE, é feito o confronto entre as informações coletadas na PPE e no Censo, através de técnicas de pareamento e reconciliação de campo.

projeto editorial

Coordenação de Comunicação Social

Alex Campos

Gerência de Comunicação

Pedro Mendonça Renaux Wanderley

Luiz D'Albuquerque Bello

Edição e Revisão de Conteúdo

Adriana Saraiva

Redação e revisão

Alerrandre da Silva Barros

Caio Cesar Alves Oliveira Belandi

Carlos Alberto Costa Guimarães

Carmen Lúcia Nery Vianna

Cristiane Vollu Crelier de Macedo

Daniel Pereira Costa

Irene Cavaliere Gomes

Umberlândia Alves Cabral

Programação visual

Brisa Gil

Infografia

Brisa Gil

Helga Szpiz

Diagramação

Helena Maria Mattos Pontes

Confira informações sempre atualizadas
sobre o **Censo Demográfico 2022** em:

censo2022.ibge.gov.br



Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



[/ibgecomunica](https://twitter.com/ibgecomunica)



[/ibgeoficial](https://www.facebook.com/ibgeoficial)



[/ibgeoficial](https://www.youtube.com/ibgeoficial)



[/ibgeoficial](https://www.instagram.com/ibgeoficial)

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística